

Questões a uma perspectiva enunciativa do discurso: entrevista com Dominique Maingueneau

Dominique Maingueneau ¹

Maria das Dores Nogueira Mendes ²

Ana Carolina Nunes Vilela-Ardenghi ³

José Wesley Vieira Matos ⁴

Resumo:

Nesta entrevista, apresentamos ao professor Dominique Maingueneau algumas questões relacionadas às interpretações de seus conceitos, bem como sua visão acerca da Análise do Discurso contemporânea e de sua própria trajetória. Além das noções de cena enunciativa e ethos, abordam-se algumas das novas contribuições desenvolvidas na recente coletânea “As margens do discurso”, como os regimes discursivos e a paratopia dos discursos constituintes.

Palavras-chave: Dominique Maingueneau; Análise do Discurso; Enunciação.

Questions for an Enunciative Perspective on Discourse: An Interview with Dominique Maingueneau

Abstract:

In this interview, we present Professor Dominique Maingueneau with a series of questions regarding interpretations of his concepts, as well as his views on contemporary Discourse Analysis and his scholarly trajectory. In addition to the notions of enunciative scene and ethos, the discussion addresses some of the new contributions developed in the recent collection “As margens do discurso”, such as discursive regimes and the paratopy of constitutive discourses.

Keywords: Dominique Maingueneau; Discourse Analysis; Enunciation.

¹ Professor emérito de Linguística e Análise do Discurso na Université de Paris (Sorbonne).

² Professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFC. Doutora em Linguística pela UFC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9765-8364>.

³ Professora do curso de Letras e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFMT. Doutora em Linguística pela Unicamp. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0269-2990>.

⁴ Professor substituto do Instituto de Linguagens e Literaturas da UNILAB. Doutorando em Estudos de Linguagem pela UFMT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2499-0048>.

Nosso entrevistado, professor Dominique Maingueneau, vem se tornando o que seus próprios conceitos entendem como um “grande autor”, no campo científico da linguagem e sociedade, o que dispensa apresentações a um público especializado. Mesmo assim, é preciso destacar que o ativo pesquisador é professor emérito de Linguística e Análise do Discurso da Universidade de Paris (Sorbonne). Publicou dezenas de livros e outro sem-número de textos em artigos e capítulos de livros. Sua publicação mais recente, no Brasil, é a coletânea “As margens do Discurso” (2025a), obra motivadora deste dossiê.

Caro Prof. Maingueneau, agradecemos sua disponibilidade para contribuir com nosso dossiê por meio desta entrevista!

Ao longo de quase meio século, seus trabalhos ganharam destaque e atuaram de forma significativa para a formação da comunidade de analistas do discurso. Apesar de o professor se referir a eles apenas como contribuições às investigações de certos temas (literatura, filosofia...) e à reflexão sobre os usos de conceitos, pressupostos e métodos da própria área da Análise do Discurso (doravante, AD), há uma “subcomunidade” de pesquisadores (ao menos no Brasil), da qual fazemos parte, que privilegiam seus conceitos e lhe atribuem uma perspectiva particular de análise.

Desse modo, como comunidade científica, lemos e discutimos suas propostas nos grupos de pesquisa⁵ dos quais participamos, em eventos e em bancas, atentando às definições, aos entendimentos e às constantes atualizações de seu incansável trabalho. Assim, esperamos aqui contemplar as possibilidades de expansão de algumas ideias, cientes, é claro, que, mais do que “respostas”, esta interlocução iluminará novas perguntas.

Entrevistadores: Em um trabalho sobre a noção de contexto (Maingueneau, 2010), o professor distingue um plano elementar e um plano do texto, neste último, a situação de comunicação e a cena enunciativa. A cena de enunciação abarca, em sua abordagem, a caracterização da situação concreta de interação? Como o professor entende a relação entre as instâncias enunciativas (especialmente, locutor e enunciador) em relação à abordagem dos “níveis” ou “cenas” do enunciado?

Dominique Maingueneau: A relação entre cena de enunciação e “situação concreta” não é uma coisa simples. O fato de postular a existência de gêneros do discurso implica que os participantes se submetem a um conjunto de normas que não variam de uma enunciação a outra. Assim, a cena de enunciação é distinta da “situação concreta”, que é sempre singular. Mas essa “situação concreta” só adquire sentido para seus participantes se for referida a uma cena de

⁵ Grupo de pesquisa Discurso, cotidiano e práticas culturais – Discuta (UFC), promotor da coletânea comemorada neste dossiê; o Núcleo de Estudos em Análise do Discurso e Ethos – NEADE (UNIR/ UFMT); e o Centro de Pesquisa Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise – FEsTA (Unicamp).

enunciação. Além disso, a relação não se dá em um único sentido, pois a “situação concreta” terá influência sobre a enunciação. Por exemplo, a maneira como o locutor está vestido ou o lugar de onde fala podem ter grande importância; mas, para avaliar essa importância, é preciso considerar o gênero de discurso em questão.

No que diz respeito às instâncias enunciativas, parece-me que elas são definidas em cada nível da cena de enunciação: cena englobante, cena genérica e cenografia. Por exemplo, se considerarmos a cena englobante de uma homilia durante uma missa católica, ela coloca em relação um cristão dirigindo-se a outros cristãos; quanto à cena genérica, trata-se de um padre católico dirigindo-se aos fiéis; já a cenografia permite ao locutor construir a situação de enunciação por meio da qual ele fala. Do mesmo modo, na literatura, pode-se distinguir entre o nível do escritor (a enunciação literária), o do romancista (o gênero) e o do narrador (a cenografia).

Mas essa distinção entre três cenas é uma distinção feita pelo analista do discurso; para o locutor assim como para o destinatário, os níveis se misturam. Quando escuto uma alocução política, o locutor me aparece ao mesmo tempo como um ator político (cena englobante), um orador (cena genérica) e um personagem que o locutor constrói por meio de sua enunciação. Ainda assim, esses três componentes não estão no mesmo plano: a cenografia tende a relegar ao segundo plano a cena englobante e a cena genérica.

De todo modo, como eu disse antes, não se pode tratar essa questão sem levar em conta o gênero de discurso implicado. Expliquei muitas vezes que existem gêneros do discurso em que a cenografia é imposta pela cena genérica, outros em que há uma cenografia preferencial, e outros para os quais é preciso inventar, a cada vez, uma cenografia adaptada à enunciação singular.

Entrevistadores: Em uma resenha ao seu livro dedicado ao ethos, a professora Ruth Amossy fala de uma mudança do conceito de uma “imagem de si” (centrada na produção) para uma “representação avaliada” (centrada na recepção). Algo parecido vem sendo observado com a noção de ethos, que era primeiramente atrelada à de formação discursiva/posicionamento e, depois, passa a ter uma relativa autonomia dos “sistemas de restrições”. Como o professor compreende essas percepções de mudança no seu conceito de ethos?

Dominique Maingueneau: O problema com o ethos é que se pode abordá-lo de três maneiras. Pode-se considerá-lo como uma estratégia, consciente ou não, do locutor para influenciar o destinatário; pode-se considerá-lo como o produto de uma construção do receptor, que combina informações de naturezas diversas para moldar uma imagem do locutor; pode-se, enfim, considerá-lo como o resultado da interação entre o ethos visado pelo locutor e o ethos efetivamente construído pelo destinatário. Os pesquisadores tendem a privilegiar uma ou outra dessas três abordagens. Mas não estou certo de que tenha havido uma evolução nítida segundo a qual se teria passado de uma

concepção do ethos centrada na produção para uma concepção centrada na recepção. Tenho antes a impressão de que isso depende dos pesquisadores. Mas posso estar enganado. Seriam necessários levantamentos sistemáticos para verificar.

Qualquer que seja a abordagem adotada, deparamo-nos com uma dificuldade: não estamos na cabeça do locutor ou dos destinatários. Na prática, ou estudamos o contexto da enunciação e os indícios linguísticos de diversos tipos (lexicais, sintáticos, enunciativos, prosódicos) para deles inferir um ethos verossímil, ou consideramos as reações provocadas pela enunciação (nas mídias, em particular).

Também não se deve esquecer que o ethos não está necessariamente ligado a um posicionamento em um campo. Certamente, estuda-se o ethos, sobretudo, em corpora fortemente institucionais (política, literatura, religião...), nos quais ele é uma dimensão do posicionamento. Porém, existe ethos toda vez que há enunciação — oral, escrita, digital; a menor troca conversacional pode ativar uma interpretação em termos de ethos.

Entrevistadores: O sujeito (ou seu papel) sempre foi um tema nodal em AD. Fazendo uma drástica redução, poderíamos dizer que houve um movimento iniciado em uma compreensão sobredeterminada para uma consideração de uma relativa agentividade do sujeito. Em sua perspectiva, os sujeitos moldam sua subjetividade nos regimes enunciativos conversacional e instituído. No regime aforizante, o sujeito passa por um distinto processo interpretativo como um aforizador. O professor também afirma que os regimes não são isolados, mas se interpenetram; a exemplo disso, no último capítulo de “As margens do discurso”, unem-se os efeitos da aforização e dos enunciados aderentes em cartazes políticos. Como o professor, então, entende essa (não) agentividade do sujeito? Depende do regime ou, de algum modo, o primado do interdiscurso pende sempre para uma concepção mais sobredeterminada?

Dominique Maingueneau: Fico um pouco surpreso com essa pergunta, pois não me lembro de ter refletido em termos de sujeito, e menos ainda de agentividade. Não adoto o ponto de vista de um psicólogo ou de um filósofo. Como vocês mesmos dizem, interesse-me pelos papéis enunciativos, que variam em função dos regimes discursivos. Quanto à agentividade, ela própria é condicionada por diversos fatores. Um funcionário de banco que envia uma carta a um cliente para informá-lo de que obteve o empréstimo solicitado restringe-se a reproduzir fórmulas. Em contrapartida, em outras numerosas situações a margem de liberdade é muito maior. Porém, mesmo nesse caso, a agentividade é limitada. Lembro-me de que R. Amossy me criticou por não conceder espaço suficiente à agentividade quando estudei uma alocução de um deputado diante da Assembleia Nacional durante a Revolução Francesa. Evidentemente, esse locutor poderia ter argumentado de modo diferente, mas, qualquer que fosse a opção escolhida, estaria condicionado

por múltiplos fatores que limitam consideravelmente sua margem de manobra: seu posicionamento político, o gênero do discurso, a cultura de seu auditório, as circunstâncias da enunciação... É, aliás, justamente a existência de tais constrangimentos que torna a Análise do Discurso possível: em um momento e em um lugar determinados, nem tudo pode ser dito.

Quanto à relação entre regimes discursivos e modalidades da subjetividade enunciativa, ela varia segundo os regimes discursivos. No caso da aforização, o enunciador é extremamente constrangido: é um aforizador. Já no regime conversacional, por exemplo, o leque de possibilidades é considerável.

Entrevistadores: Continuando sobre o que parece ser atualmente o grande tema de suas discussões, a heterogeneidade do discurso. No primeiro capítulo de “As margens do discurso”, o professor apresenta os enunciados destacados em Obras (e os auctores) e também as enunciações com animais; também nesta coletânea, há um capítulo dedicado ao que chamou de multilocuções. Em um recente artigo (Maingueneau, 2025b), o professor lista os regimes discursivos, porém, apesar da inclusão do praxeológico, não há menção a esses outros tipos de enunciação. Seriam as Obras, as interações com animais e as multilocuções também regimes?

Dominique Maingueneau: Para mim, as Obras, a comunicação com os animais e a multilocução não são regimes discursivos. Essa noção de regime se situa em outro nível. As Obras se enquadram evidentemente no regime instituído; quanto à comunicação com os animais, ela se insere no regime conversacional. No caso das multilocuções, isso depende das situações; mas parece-me plausível que a maioria pertença ao regime instituído. O artigo traduzido em “As margens do discurso” não estava centrado nos regimes discursivos, mas na heterogeneidade; eu queria apenas sublinhar que as duas abordagens dominantes na Análise do Discurso (o estudo dos gêneros do discurso e o estudo das interações orais) tendem a homogeneizar o discurso; listei, portanto, certo número de dados que não são suficientemente levados em conta. Por sua vez, no artigo de 2025 que vocês mencionam, são apenas os regimes discursivos que me interessam.

Entrevistadores: Ainda sobre este tema. Em um texto (Maingueneau, 2008), o professor separa os tipos de unidades com que trabalham os analistas do discurso (tópicas e não-tópicas), focalizando os recortes de gênero/campo discursivo, os registros, as formações discursivas e os percursos. Diante desses novos tipos de enunciados provindos de diferentes regimes, essa repartição precisa ser expandida? São novas unidades?

Dominique Maingueneau: A meu ver, é preciso distinguir dois níveis: por um lado, a oposição entre unidades tópicas e não-tópicas, por outro, as diferentes categorias de unidades tópicas e não-

tópicas. A distinção entre unidades tópicas e não tópicas é dificilmente contestável; por outro lado, posso perfeitamente admitir que se modifique a lista das unidades tópicas e não-tópicas; isso pode ser feito acrescentando novas unidades ou organizando de modo diferente aquelas que já identifiquei. No momento, não tenho razões para modificá-la; mas não excluo a possibilidade de que alguém proponha algo melhor.

Entrevistadores: Em “As margens do discurso”, mais uma vez, adverte-se sobre a pouca atenção dada aos discursos constituintes. No capítulo sobre o discurso jurídico, o professor o compara com os demais constituintes. Ao tratar sobre a paratopia, afirma que há dois níveis: um constitutivo e um investido pelo indivíduo. Em “Discurso literário” (Maingueneau, 2006), o professor define uma paratopia criadora relacionada a este último nível. Já no referido capítulo, vemos que, na ciência e no discurso jurídico, os autores “se apagam” no coletivo (na primeira, de maneira ainda nominada, e no segundo, anônimo). Nestes casos, ainda estaríamos pensando em uma paratopia do indivíduo (e criadora)? Em outras palavras, a paratopia pode ser diferente em cada discurso constituinte?

Dominique Maingueneau: É uma questão difícil. Para assumir sua função no universo do discurso, os discursos constituintes devem ter propriedades comuns; mas, ao mesmo tempo, cada um tem sua especificidade, gere à sua maneira a “constituência”. É o que acontece com o discurso jurídico. Ele é constitutivamente paratópico, mas aqueles que redigem os textos são, em geral, coletivos de especialistas que não possuem uma paratopia criadora pessoal. Dito isso, não se deve esquecer que existe também uma propensão a associar os códigos jurídicos a nomes próprios de inspiradores. Se, por exemplo, lermos o livro do “Êxodo” na Bíblia, veremos que ali são enunciadas numerosas leis: relativas ao altar dos sacrifícios, aos escravos, aos homicídios, aos roubos de animais etc., tudo isso é agrupado sob o termo “código da aliança”. Ora, na Bíblia, essa legislação muito detalhada é inteiramente referida à autoridade de um personagem paratópico por excelência, Moisés, que apresenta essas leis como sendo ditadas pelo próprio Deus. Para a Grécia Antiga, poder-se-ia igualmente evocar a figura mais ou menos mítica de Licurgo, apresentado como autor da constituição de Esparta. Na França, o Código Civil é comumente chamado de “Code Napoléon”. Etc. Parece-me que há uma tensão entre a lógica jurídica, que reserva a redação das leis a profissionais, e a lógica dos discursos constituintes, que precisa referir os textos de lei mais importantes a um indivíduo de sabedoria exemplar. Convém, de fato, distinguir dois tipos de textos jurídicos: de um lado, os textos fundadores dos Estados, isto é, as constituições, de outro, os múltiplos códigos que enquadram a vida social. Os primeiros são frequentemente referidos a uma figura inspiradora que teve um destino fora do comum: por exemplo, Sólon para a democracia ateniense da Antiguidade, decoloniais, ecologistas...). Contudo, não se deve perder de vista que essas correntes retomam dois elementos importantes do marxismo. O primeiro é a vontade de emancipação dos dominados, que

Atatürk para a Turquia moderna ou o imã Khomeini para o Irã contemporâneo. Os segundos são referidos aos parlamentos que votam as leis.

Para além disso, essa pergunta diz respeito à paratopia em geral. De fato, o discurso jurídico não é o único que se afasta dos modelos fornecidos pela atividade estética ou pela religião. O discurso científico, por exemplo, apresenta também especificidades em matéria de paratopia. A paratopia é a de uma comunidade que obedece apenas às suas próprias leis, as únicas que, a seus olhos, garantem a verdade de um enunciado. Os cientistas, portanto, não têm necessidade alguma de levar uma vida marginal: basta-lhes submeterem-se a normas transcendentais, que supostamente são independentes de seus interesses pessoais ou das pressões políticas.

Entrevistadores: Alguns dos seus textos argumentam em favor de uma dimensão crítica inerente à AD (Maingueneau, 2010, 2015). Em um texto recente, o professor Angermüller (2025) apresenta algumas diferenças entre o início e o estágio atual da área, entre elas, um recuo de posições políticas fortemente engajadas para uma espécie de “moderação”, da qual as pesquisas do professor fariam parte. Como avalia na AD esse duplo movimento de queda do engajamento marxista ao mesmo tempo que há uma crescente “demanda” contemporânea de estudos críticos (de gênero, interseccionais, decoloniais...)?

Dominique Maingueneau: Na Análise do Discurso, a noção de crítica passou por uma evolução importante, que muitas vezes passa despercebida. Para a abordagem marxista althusseriana, a de Pêcheux e de seus colaboradores, a Análise do Discurso deveria ser um componente de uma “ciência da ideologia”. Ela era crítica nesse sentido, que ela contestava os preconceitos “idealistas” apoiando-se no materialismo dialético, que era a uma só vez ciência e filosofia. Porém, a noção de crítica assumiu uma inflexão diferente quando se desenvolveu a ACD (Análise Crítica do Discurso). Esta, com efeito, não realiza uma crítica em nome de uma ciência ou de uma filosofia, mas fundamenta-se em valores (os direitos humanos, a justiça social, a fraternidade...). Trata-se, para ela, de colocar conceitos e métodos científicos a serviço de um empreendimento moral. Já que vocês citam Angermüller, remeto-lhes a outro artigo que ele publicou no mesmo ano, no número 185 da revista *Langage et Société*: “Les discours sur le ‘néolibéralisme’. Pour une critique forte après Foucault”. Ele observa que a ACD se inscreve em uma crítica “fraca”, no sentido de que se apoia em noções que escapam a qualquer construção discursiva. Uma crítica “forte”, ao contrário, assumiria o fato de que critica discursos a partir de uma posição que é, ela também, discursiva.

Vocês sublinham com razão que o marxismo foi substituído por outras correntes (de gênero,

vai muito além da luta contra o capitalismo (pode-se ler, a esse respeito, o início do “Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels). O segundo é uma desconfiança generalizada em relação à linguagem, suspeita de estar a serviço dos dominantes; assim como a de “ideologia”, a noção de dominação “sistêmica” vai nesse sentido.

De todo modo, não se deve exagerar a dimensão crítica dos primórdios da Análise do Discurso Francesa. Hoje, tem-se a impressão de que ela estava inteiramente a serviço de objetivos políticos; certamente, os analistas do discurso, salvo raras exceções, eram politicamente de esquerda, mas isso não significa que não tenha havido sempre duas tendências: uma que se interessava pelo funcionamento dos discursos, outra que tinha antes de tudo uma visada política. Tenho dificuldade em imaginar que pudesse ser de outro jeito. A Análise do Discurso repousa na complementaridade entre esses dois motores. Além disso, como mencionei em diversas ocasiões, a Análise do Discurso, em si mesma, tem um alcance crítico. A noção de análise crítica pode ser entendida em dois sentidos. Pode significar que se estudam discursos considerados contrários a certos valores (racistas, machistas etc.); mas pode também significar que a pesquisa contesta as representações dominantes sobre a língua e o discurso. Por exemplo, uma Sociolinguística Crítica abordará a língua não como um objeto autônomo, mas como um terreno de lutas materiais e simbólicas, no qual se desdobram questões políticas, morais, econômicas e sociais.

Entrevistadores: Para finalizar, o professor mantém há alguns anos uma constante interlocução com as universidades brasileiras e também com diversos pesquisadores do país, muitos dos quais estiveram sob sua orientação na França. Como suas formulações teóricas são também conhecidas por certa flexibilidade e constante atualização em virtude da consideração de novos fenômenos, gostaríamos de saber quais os impactos decorrentes dessa interação com os analistas do discurso brasileiros nessa longa construção de suas pesquisas, que hoje são lidas como uma rede teórica?

Dominique Maingueneau: Enquanto analista do discurso, não posso pensar que a Análise do Discurso não seja também discurso. A influência que meus trabalhos podem ter no Brasil não pode ser compreendida se não se levar em conta a especificidade do campo dos estudos do discurso nesse país. Os mesmos textos não são de modo algum interpretados da mesma maneira segundo a região do mundo em que são lidos. Na França, não penso ser percebido como estando no centro de uma rede de pesquisadores. Ocupo uma posição importante porque contribuí para a institucionalização da Análise do Discurso por meio de meus manuais, de alguns números especiais de revistas e do “Dicionário de Análise do Discurso”, que dirigi com Charaudeau. Além disso, muitos dos conceitos que elaborei são utilizados por numerosos pesquisadores, mas estes não formam uma rede: limitam-se a extrair de minhas publicações aquilo de que necessitam para conduzir suas próprias pesquisas. Como vocês observam, tenho tendência a corrigir minhas formulações anteriores e a considerar

novos dados. Se eu tivesse sempre trabalhado sobre o mesmo tipo de dados com um quadro metodológico estável, é provável que minha situação tivesse sido diferente. Mas essa não é uma explicação suficiente, pois no Brasil sou percebido de modo distinto. Para além das variações visíveis, há uma continuidade evidente em meu percurso que aqueles que leem meus trabalhos não têm grande dificuldade em perceber. Deixo aos futuros historiadores da Análise do Discurso a tarefa de explicar por que a recepção de meus trabalhos não é a mesma nos dois países. De todo modo, trata-se de um fenômeno banal. Para tomar um exemplo recente, alguns filósofos franceses foram integrados, nos Estados Unidos, a uma corrente chamada “pós-estruturalismo”, que não existe na França.

Quanto ao efeito que minhas estadas no Brasil tiveram sobre minha pesquisa, é-me muito difícil responder. É verdade que venho com frequência ao Brasil desde outubro de 1988, mas sempre por períodos relativamente curtos. No entanto, tenho a impressão de que meu diálogo constante com colegas e estudantes brasileiros durante quase quarenta anos exerceu grande influência sobre minha pesquisa. Estou convencido de que, se tivesse permanecido no território francês ou europeu, meu percurso teria sido diferente. Para um pesquisador francês, o Brasil é um espaço privilegiado. De fato, por razões de ordem tanto linguística quanto cultural, existe uma proximidade evidente entre os dois países; isso torna os intercâmbios fáceis, muito mais fáceis do que com os britânicos ou os norte-americanos, por exemplo. Porém, ao mesmo tempo, o distanciamento entre esses dois universos é considerável. Essa combinação de familiaridade e estranhamento é muito estimulante para a pesquisa. Contudo, evidentemente, nem todos os pesquisadores europeus que visitam o Brasil o percebem desse modo...

Entrevistadores: Agradecemos suas considerações!

REFERÊNCIAS

- ANGERMULLER, J. Transformaciones críticas en el Análisis del Discurso Francés: Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau y sus generaciones. **Rétor**, v. 15, n. 1, p. 24-36, 2025. Disponível em: <https://www.aaretorica.org/revista/index.php/retor/article/view/246>. Acesso em: 10 fev. 2026.
- ANGERMULLER, J. Les discours sur le “néolibéralisme”. Pour une critique forte après Foucault. **Langage et société**, n. 185, v. 2, p.75-98, 2025. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-langage-et-societe-2025-2-page-75>. Acesso em: 03 mar. 2026
- CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. (Orgs.). **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Diversos tradutores. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, tradução de Adail Sobral et. al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. Parábola: São Paulo, 2015.

MAINGUENEAU, D. **As margens do discurso**. Organização de Nelson Barros da Costa, Maria das Dores Mendes e José Wesley Matos. Diversos tradutores. São Paulo: Contexto, 2025a.

MAINGUENEAU, D. Les régimes discursifs. **Langage et société**, n. 186, v. 3, p. 153-172, 2025. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-langage-et-societe-2025-3-page-153?lang=fr>. Acesso em: 10 fev. 2026.